

Processo nº 00120-2004-030-12-00-5 - Juíza Lourdes Dreyer - DJ/SC de 10.08.2005, p. 270

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL ESTABELECIDADA EM CONVENÇÃO COLETIVA COM ÔNUS PARA A EMPRESA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. AÇÃO INIBITÓRIA. A ação civil pública é o meio, constitucionalmente assegurado ao Ministério Público, ao Estado e a outros entes coletivos autorizados por lei, para promover a defesa judicial dos interesses ou direitos metaindividuais, **cabendo-lhes promover a ação a fim de coibir a instituição de cláusulas convencionais ilícitas. Trata-se de tutela inibitória, preventiva, que visa a prevenir o ilícito.**

Processo 00983-2009-000-12-005 – relatora juíza Ligia M. Teixeira Gouvêa – Publicado no TRTSC/DOE em 11.05.2010

Ementa: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE ACORDO COLETIVO OU CONVENÇÃO COLETIVA. LEGITIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA FUNCIONAL DAS VARAS DO TRABALHO.** O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para, **em sede de ação civil pública**, postular a declaração de nulidade de cláusula de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores. Consequentemente, a pretensão deverá ser solvida originariamente perante a Vara do Trabalho.